Assembleia Municipal de Almada | Bloco de Esquerda

Requerimento N.º13/BE/2025-2029

Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada Inês de Medeiros

Assunto: Medidas municipais de prevenção e resposta face ao agravamento das condições meteorológicas previsto para 11 de novembro

O Governo declarou situação de alerta em todo o território continental, entre as 00h00 e as 23h59 do dia 11 de novembro, face ao agravamento das condições meteorológicas resultante da conjugação das depressões Bruna e Charles, apelando à população para permanecer em casa sempre que possível e evitar deslocações desnecessárias.

Entre as medidas anunciadas encontram-se o encerramento dos estabelecimentos de ensino e dos serviços públicos não essenciais, a suspensão das atividades e eventos ao ar livre, a proibição de acesso, permanência e circulação em espaços florestais, matas, parques urbanos e jardins públicos, bem como o afastamento da orla costeira e marítima. Foram ainda determinadas medidas adicionais de proteção relativamente a andaimes, painéis publicitários, coberturas e outras estruturas suscetíveis de desprendimento, tendo a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil elevado o estado de prontidão especial para o nível IV, o mais elevado da escala.

O comunicado do Governo identifica, entre os impactos potenciais deste cenário meteorológico, inundações, quedas de árvores e de infraestruturas e perturbações nas redes de energia e comunicações.

O distrito de Setúbal é um dos oito distritos do continente colocados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera sob aviso vermelho - o nível mais grave da escala, correspondente a situação meteorológica de risco extremo - por vento forte, entre as 09h00 e as 21h00 do dia 11 de novembro. Prevêem-se rajadas da ordem dos 100 a 120 km/h, podendo atingir os 140 km/h nos locais mais expostos, designadamente na orla costeira, não sendo excluída pelo IPMA a formação de um sting jet e, consequentemente,

a ocorrência de ventos ainda mais intensos. O distrito está igualmente sob aviso laranja por precipitação persistente, por vezes forte, a partir das 05h00, sob aviso laranja por agitação marítima entre as 12h00 e as 21h00, com ondas de sudoeste de 5 a 7 metros, e sob aviso amarelo por trovoada. O IPMA admitiu publicamente que não pode ser excluído um cenário semelhante ao da tempestade Kristin.

Almada encontra-se, por isso, entre os territórios sobre os quais incidem os avisos mais severos deste episódio meteorológico, e não entre aqueles em que se prevê um impacto marginal. A esta circunstância acresce um conjunto de vulnerabilidades próprias do concelho que agravam o risco: uma frente atlântica longa e exposta na Costa de Caparica, uma extensa orla ribeirinha do Tejo sujeita a galgamento e a vento intenso, encostas e arribas com histórico recente de instabilidade, uma mancha arbórea significativa em zonas urbanas e consolidadas, e pontos de acumulação de água e risco de inundação repetidamente identificados.

O concelho tem, de resto, memória muito recente destes impactos. No início de 2026, a sucessão de depressões que atingiu o território levou a Câmara Municipal a declarar situação de alerta de âmbito municipal e a ativar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, num quadro de inundações, quedas de árvores e estruturas e movimentos de massa em vertentes, com deslizamentos, derrocadas e queda de blocos. Registaram-se derrocadas nas arribas de São João da Caparica, na Azinhaga dos Formosinhos e em Porto Brandão, com habitações soterradas, retiradas de moradores, encerramento do acesso à Cova do Vapor e danos em estruturas de apoio balnear na Fonte da Telha e noutros pontos da orla. Cerca de 230 pessoas foram realojadas, o Município formalizou junto do Governo um pedido de declaração de situação de calamidade e passou a acompanhar o território com monitorização por satélite, drones e extensores colocados no terreno, com base em pareceres do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Parte destas situações não se encontra resolvida, havendo famílias que, segundo a própria autarquia, poderão não regressar às suas habitações.

Este histórico recomenda que a resposta municipal a 11 de novembro não se limite à reação às ocorrências, mas assente na antecipação dos riscos já conhecidos e cartografados no concelho.

A diferente expressão territorial do fenómeno reforça, por outro lado, a importância de uma informação pública clara, atualizada e de âmbito local. Importa que a população de Almada disponha de informação específica sobre os riscos previstos para o concelho, sobre as medidas adotadas pelo Município e sobre os comportamentos de prevenção e autoproteção adequados, bem como que sejam conhecidos os canais municipais através dos quais serão comunicadas alterações relevantes, designadamente face aos riscos de inundação, de galgamento costeiro, de instabilidade de vertentes e de perturbação das redes de energia e comunicações. Essa comunicação deve contribuir para prevenir riscos sem gerar alarmismo e permitir acompanhar a evolução da situação ao longo do dia.

Esta necessidade assume particular relevância relativamente às populações mais vulneráveis. O Bloco de Esquerda tem vindo a defender a revisão dos critérios do Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, de modo a considerar, para além das temperaturas mínimas, a precipitação intensa, o vento forte e a ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos, bem como a adoção de medidas preventivas e antecipadas de acolhimento e proteção. O Bloco de Esquerda propôs também a implementação de um Sistema de Alerta Climático no concelho, com notificações em tempo real, e o desenvolvimento de campanhas de informação relativas aos procedimentos a adotar em situações de emergência.

Desta forma, ao abrigo do disposto na alínea k) do número 1 do artigo 14.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, a Deputada Municipal do Bloco de Esquerda vem questionar a V. Exa. as seguintes informações e solicitar o envio dos seguintes documentos, nos termos e dentro dos prazos legais e regimentais aplicáveis:

1. Que medidas preventivas e operacionais está a Câmara Municipal de Almada a preparar para o dia 11 de novembro, face à situação de alerta declarada pelo Governo e ao aviso vermelho por vento em vigor para o distrito de Setúbal, designadamente no que respeita à limpeza e desobstrução preventiva de sarjetas, sumidouros, grelhas de escoamento, valas e linhas de água, ao corte preventivo de ramos e à remoção ou fixação de estruturas e mobiliário urbano? Quais são os pontos do concelho identificados como particularmente vulneráveis à acumulação de água e ao risco de inundação, e que intervenção preventiva foi ou será realizada em cada um deles?

2. Foram acionadas as estruturas de coordenação institucional e política territorialmente competentes previstas na declaração da situação de alerta? Foi convocada a Comissão Municipal de Proteção Civil e está prevista a constituição da Sala de Situação ou de Posto de Comando Municipal? Está prevista a declaração de situação de alerta de âmbito municipal, a elevação do estado de prontidão municipal ou a ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada ou de mecanismos nele previstos? Em caso afirmativo, que medidas, meios e estruturas municipais serão mobilizados, e como se articulam com os três corpos de bombeiros do concelho, com a GNR e a PSP, com as Juntas de Freguesia e com os municípios vizinhos?

3. Que medidas estão previstas relativamente às arribas, encostas e taludes do concelho, nomeadamente na Costa de Caparica, em São João da Caparica, na Trafaria e em Porto Brandão, tendo em conta o histórico de derrocadas e deslizamentos registado desde o início de 2026? Mantém-se operacional a monitorização por satélite, drones e extensores? Estão previstos perímetros de segurança, interdições de acesso ou retiradas preventivas de moradores, e em que zonas? Qual é a situação atual das pessoas realojadas em consequência das ocorrências anteriores e das habitações, equipamentos sociais e estabelecimentos que permanecem em situação de risco?

4. Que medidas serão adotadas na orla costeira e na frente ribeirinha do Tejo, designadamente quanto à interdição de acesso aos esporões e ao paredão da frente urbana das praias, à proteção ou remoção de apoios de praia e estruturas temporárias, à situação da Fonte da Telha e da Cova do Vapor, e às zonas expostas a galgamento em Cacilhas, Olho de Boi, Ginjal, Porto Brandão e Trafaria, face à previsão de ondas de 5 a 7 metros conjugada com vento de intensidade extrema?

5. Está previsto o acionamento do Plano de Contingência para Pessoas em Situação de Sem-Abrigo ou a adoção de medidas extraordinárias de proteção desta população, nomeadamente através do reforço das equipas de rua, do reforço das respostas de acolhimento, da disponibilização de equipamentos municipais, pavilhões ou outros espaços que possam assegurar abrigo e proteção durante o período de maior intensidade das condições meteorológicas, da distribuição de bens

essenciais e da articulação, no âmbito do NPISA, com as entidades que intervêm no terreno?

6. Que medidas serão adotadas relativamente aos trabalhadores do Município e das empresas municipais, designadamente quanto ao encerramento de serviços não essenciais, ao recurso ao teletrabalho quando aplicável, à dispensa ou reorganização do trabalho presencial, à necessidade de permanência em casa para acompanhamento dos filhos em resultado do encerramento dos estabelecimentos de ensino, e à proteção dos trabalhadores cujas funções exijam presença ou intervenção no exterior, incluindo os que integram as equipas de prevenção e resposta?

7. Que medidas serão adotadas pelo Município para concretizar as interdições e medidas preventivas determinadas pelo Governo, designadamente no Parque da Paz, no Parque Urbano da Costa de Caparica, na Mata Nacional dos Medos e nas demais áreas arborizadas, parques e jardins, na orla marítima, nas linhas de água, zonas ribeirinhas e áreas inundáveis, bem como quanto à suspensão de mercados, feiras, eventos e atividades ao ar livre, ao encerramento de equipamentos desportivos, culturais e sociais, à suspensão de obras e estaleiros municipais e à verificação de andaimes, coberturas, painéis e outros elementos suscetíveis de desprendimento?

8. Que medidas de contingência estão previstas face ao risco de perturbação das redes de energia e comunicações identificado pelo Governo, designadamente quanto ao funcionamento dos sistemas municipais de abastecimento de água e de bombagem e drenagem de águas residuais e pluviais, à disponibilidade de geradores e ao apoio a equipamentos sociais e de saúde do concelho, incluindo estruturas residenciais para pessoas idosas, creches e IPSS, em caso de falha de fornecimento prolongada?

9. Que informação específica sobre a situação prevista para o concelho de Almada, os principais riscos identificados e as medidas de prevenção e autoproteção será disponibilizada à população, através de que canais, com que periodicidade, e como será assegurada a sua atualização perante a evolução das previsões e das ocorrências no terreno? Está prevista comunicação dirigida especificamente às

zonas de risco identificadas e articulação com as Juntas de Freguesia para esse efeito? Que informação será prestada sobre as perturbações previsíveis na mobilidade, designadamente nas ligações fluviais, no Metro Transportes do Sul, na rodoviária e nos acessos à Ponte 25 de Abril?

10. Que canais de contacto e sinalização estarão disponíveis à população durante este período, nomeadamente para esclarecimento de dúvidas e para comunicar situações de risco, ocorrências ou pessoas em situação de particular vulnerabilidade, e está prevista a sua divulgação prévia e o reforço dos meios humanos que asseguram o respetivo atendimento?

Almada, 10de novembro de 2026,

Joana Sales

Deputada Municipal do Bloco de Esquerda